

## Língua, cognição e cultura: uma relação indissociável

---

letrônica

---

Aline Aver Vanin<sup>1</sup>

### 1 Introdução

Ao utilizar a linguagem, os seres humanos carregam, em suas palavras, uma carga cumulada de crenças, ideais, influências, as quais estão tão arraigadas em sua cognição que são inseparáveis daquilo que ele quer significar. O sentido, então, não é uma propriedade da linguagem, mas se constrói por ela, através de uma ação conjunta entre os participantes da comunicação, em atos participativos e cooperativos. Pela interação, cada indivíduo adquire e compartilha as suas vivências, a fim de inserir-se em uma comunidade, aqui denominada *comunidade de mentes*. Isso porque se acredita no caráter social e cultural da cognição humana: a atividade de interpretação dos sentidos do outro e a atribuição de sentido para o mundo se constrói em conjunção com outras mentes.

Ao comunicar algo, o indivíduo não apenas expõe seu ponto de vista, mas visa à influência do outro, bem como espera ser influenciado, ao receber as palavras do outro, pelas intenções comunicativas dele. Nesse sentido, as palavras não codificam o significado do falante, mas apenas dão evidência dele. Quando alguém fala, quer que seu interlocutor entenda algo que está em sua mente. Já o interlocutor espera que o falante lance evidências do

---

<sup>1</sup> A autora é doutoranda em Linguística Aplicada do Programa em Pós-Graduação em Letras da PUC-RS.  
E-mail: aline.vanin@ymail.com

que ele quer dizer, as quais são interpretadas em um contexto do *background* compartilhado, delineado na cultura comum, na situação, na conversa que está acontecendo, etc.. Através desses diversos fatores, os indivíduos constroem uma representação complexa de significados e interrelações. Assim, os jogos de linguagem acabam sendo essenciais para a construção do mundo, visto eles delinearem o caráter de uma linguagem pública, ou seja, que só pode existir pela presença do outro. E, nessa influência mútua, cada indivíduo tenta conseguir alguma vantagem da informação recebida a fim de construir pensamentos, conhecimentos, objetos, comportamentos por si próprio, pelos quais sempre tem parte da responsabilidade. É por isso que se acredita que a significação é um processo construtivo.

Pensando nessas questões, este texto tem como propósito tratar da dimensão sociocultural da cognição humana. Serão abordadas algumas noções acerca da atividade de significação, tomando a linguagem como um meio de interpretar, construir e organizar conhecimentos. Por isso, perpassar-se-á pela relação língua, cultura e cognição, a qual torna possível a projeção no outro, numa ação intersubjetiva sobre o mundo. A perspectiva pela qual se provocam sentidos para um mundo próprio designará também os tipos de relações e concatenações que serão amoldadas para esse processo. Nesse contexto, pensa-se ser relevante o ponto de vista das variedades de conhecimento, propostas por Davidson (1991 [2009]), em que a passagem do subjetivo para o objetivo não é possível sem relação com o intersubjetivo. A partir desses três aspectos, vê-se a língua como uma ferramenta que leva ao sentido, visto que ele só existe a partir da interação. E essa pressupõe um processamento mental da informação, numa relação construtiva. Assim, ao se tratar especificamente da forma como ocorre a construção de significado através do vínculo entre língua, cultura e cognição, será abordado – e exemplificado – o papel da atividade inferencial, em que três tipos de inferência são primordiais e atuam em consonância nesse processo.

## **2 A cognição e a sua inserção no mundo**

O homem, tido como um ser social, possui a capacidade inata para o entendimento e, por esse motivo, se constitui como um indivíduo direcionado pela necessidade de interação. Isso porque, para produzir sentido na sua imensa rede de significados para o mundo, precisa comunicar e deixar-se compreender pelos seus interactantes. Assim, para tentar explicar como ocorre essa construção de sentidos, parte-se da tese de que a cognição humana possui um caráter social, visto que o seu processo leva em conta um princípio de partilhamento. Embora

o próprio nome desse princípio possa sugerir uma transferência de conhecimento de uma pessoa para a outra, essa questão é um tanto mais profunda. Aos olhos da filosofia clássica, nossa mente abriga sensações e imagens acessíveis apenas àquele que nelas pensa. Nesse sentido, as palavras só poderiam ter significado por referência a essas imagens privadas. Trata-se da “imagem agostiniana da linguagem” (SILVA, 2008), segundo a qual o significado é aquilo que pode substituir, na linguagem, o objeto. Essa noção guia a ideia de uma linguagem baseada em experiências privadas, interiores, ou seja, uma noção de equivalência. No entanto, a projeção entre conceitos e palavras é imperfeita, não podendo ser vista como uma correspondência de um para um. De acordo com Araújo (2004, p. 65), “pode-se conhecer ou compreender o sentido, qual seja, o total de designações de um nome próprio, mas a referência só pode ser conhecida mediatamente, pois dificilmente um nome possui ou carrega toda a referência de que é capaz”. Por esse motivo, em suas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein (1984 [1953]) mostra-se contrário a esse ponto de vista, pois dessa forma reduz-se o papel da linguagem ao dizer que todas as palavras possuem elementos análogos no mundo, ou seja: segundo essa perspectiva, todas as palavras dão nome a algo. Observa-se que, na filosofia até aquele momento, havia a possibilidade de uma linguagem que só poderia ser compreendida pelo próprio falante, derivada da experiência interna.

No entanto, há várias formas de se relacionar um nome com os mais diversos usos que se pode fazer dele, dependendo do sentido que lhe é dado no momento de seu proferimento. Em seus escritos, Wittgenstein afirma que o essencial da experiência privada não é o que cada um vivencia na sua interioridade, mas que ninguém sabe o que o outro possui em sua mente. Isso quer dizer que não é possível saber se a cadeira que se está vendo é a mesma que o outro vê, por exemplo, posto que as construções sobre o significado desse objeto podem variar de indivíduo para indivíduo. É o olhar da mente que diferencia essa imagem das outras coisas do mundo.

É certo que somente o indivíduo tem acesso àquilo que está em sua mente, mas uma definição interiorizada de determinada expressão não é, de fato, uma definição: “é justamente porque os critérios para a compreensão do uso dessa palavra são todos públicos que ela faz sentido” (SILVA, 2008). Assim, o significado de cada coisa nomeada dependerá dos usos que se fizer dela. Contudo, tais usos são regrados e baseados em convenções, a fim de terem inteligibilidade intersubjetivamente e, enfim, adquirirem sentido. Por isso, a cadeira mencionada anteriormente figura como um padrão na mente, construído através das interações do indivíduo com o mundo e com os outros, o que possibilita o reconhecimento

como tal por causa dessa carga semântica estabelecida pelas suas experiências. Assim, é a partir daquilo que se compartilha com o outro que as coisas do mundo passam a existir realmente.

O princípio de partilhamento nos processos de significação considera a participação dos interactantes, tendo em vista o caráter social da cognição humana. Desse modo, o sentido não é uma propriedade intrínseca da linguagem, mas pressupõe cooperação. É através do outro, das experiências de vida trazidas por ele e vivenciadas na troca comunicativa, que o sentido se forma, num jogo de linguagem. Já dizia Wittgenstein 1984 [1953] que esse jogo se dá em “um contexto de ações e palavras no qual uma expressão pode ter um significado”, ressaltando a importância do fator extralinguístico. É o contexto de uso de uma expressão que determina seu significado em cada uma de suas ocorrências. Por esse motivo é que muitas informações podem ser processadas de maneiras diversas, dependendo do momento em que dada comunicação ocorreu e dos indivíduos nela inseridos. O sentido depende, portanto, do contexto em que é criado.

Ao dizer que a linguagem não carrega, em si mesma, os diferentes sentidos que são dados a um objeto no mundo, está-se referindo ao papel do sujeito como ser interativo e que se posiciona no mundo. É ele que identifica determinado aspecto e constrói um significado para si próprio a partir do prisma de sua memória enciclopédica, ou seja, da sua representação de mundo. Contudo, não se pode distinguir entre conhecimento linguístico e conhecimento enciclopédico, posto que, em Linguística Cognitiva, além da compreensão de que a linguagem pressupõe a sua relação com o meio social e cultural, acredita-se que a linguagem serve para categorizar o mundo. Por esse motivo, o significado linguístico não pode ser dissociado do conhecimento do mundo e, por isso mesmo, não pode postular a existência de um nível sistêmico de significação distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas linguísticas. Silva (2004) acredita que, se a função categorizadora da linguagem impõe estruturas e formas ao conhecimento do mundo, esse não é objetivamente refletido na linguagem: na verdade, a linguagem é um meio de interpretá-lo e construí-lo, de organizar conhecimentos que refletem as necessidades, os interesses e as experiências dos indivíduos e das culturas. Assim sendo, a experiência humana, revelada em suas atividades de categorização, não é um dado natural, mas um esforço coletivo de um trabalho social e histórico, que resultará na produção da cultura (MARCUSCHI, 2007).

Dessa forma, as contribuições do interlocutor no momento da comunicação são capazes de gerar inferências que levarão à formação de significados novos para determinados

fatos ou objetos no mundo, dependendo de como o sentido está sendo construído no momento da interação. Assim, leva-se em conta não só os aspectos mentais da linguagem, mas a sua interface com o social, o cultural e o contextual. A relação linguagem, cultura e cognição é defendida por Langacker (1994) ao dizer que, sem a linguagem, um certo nível de conhecimento/desenvolvimento cultural não poderia ocorrer, assim como, ao contrário, um alto nível de desenvolvimento linguístico só pode ser obtido através da interação sociocultural. Tal relação será mais bem explicitada na próxima seção.

### **3 O caráter sociocultural da cognição**

Como já mencionado, a mente opera de forma a abranger aspectos socioculturais na construção de significados para os fatos no mundo. Nela, a linguagem, que é parte da cognição, se fundamenta em processos cognitivos, interacionais e culturais, abrindo espaço para dimensões intersubjetivas. Por isso, a observação do seu uso torna-se relevante pelo fato de os processamentos da conceitualização, da categorização, da interação e da experiência social e cultural estarem imbricados e se formarem nas práticas cotidianas. Indivíduos de um mesmo grupo social, então, comportar-se-ão de forma mais ou menos similar por causa do seu relacionamento com os demais, ou seja, há uma tendência a seguirem aquilo que é convencionalizado para aquela sociedade.

Isso se explica, segundo Sperber e Hirschfeld (1999), porque os organismos possuem as capacidades cognitivas características de suas espécies, com variações individuais relativamente superficiais. Nas espécies sociais, os indivíduos são também membros de grupos. Os mesmos autores acreditam que uma parte importante de sua atividade cognitiva está direcionada para outros membros do grupo com os quais eles cooperam e competem. Entre os seres humanos, a vida social é também ricamente cultural. O fato de se socializarem e estarem envolvidos em uma cultura é possível pelas capacidades cognitivas, as quais contribuem para o desenvolvimento ontogênico e filogenético dessas capacidades, além de fornecerem *inputs* específicos para os processos cognitivos, como a capacidade de ver determinado objeto de certa forma – na verdade, a mente, em conjunção com o corpo, trabalha a fim de dar determinado *status* ao objeto.

Grupos sociais mantêm as informações sobre comportamento transmitidas por gerações, tendo em vista o papel renovador da cultura. Para Sperber e Hirschfeld (1999), as concepções de cultura inerentes a diferentes grupos sociais podem ser uma variável na

formação e na compreensão de conceitos, mas é a partir da experiência que esses são construídos na mente. Assim, esses autores acreditam que os fatos culturais não são apenas mentais, mas distribuições de fatos públicos e mentais ligados causalmente em uma população humana. Especificamente, cadeias de interações podem distribuir representações mentais similares e produções públicas similares (tais como comportamentos e artefatos) por uma população. Os tipos de representações mentais e produções públicas que são estabelecidas através de tais cadeias causais são, de fato, o que se reconhece como cultural, ou rede cultural. Dessa forma, como afirma Marcuschi (2007, p.83), “a cultura, uma vez incorporada, também opera como fenômeno cognitivo”.

Nesse sentido, Sperber e Hirschfeld (1999) apontam que o estudo da cultura para as ciências cognitivas tem duas razões principais. Primeiro, a existência de cultura é um efeito e uma manifestação de habilidades cognitivas humanas. Segundo, as sociedades humanas estruturam culturalmente cada aspecto da vida humana e, em particular, da atividade cognitiva. Assim, a cognição humana tem lugar em um contexto cultural e também social, já que usa instrumentos fornecidos pela cultura na qual estão inseridos, como palavras, conceitos e crenças. É por esse motivo que um olhar cognitivo sobre a cultura e um olhar cultural sobre a cognição, ambos levando em conta o caráter social desses aspectos, devem ser complementares. A mente humana, através desses, é concebida como uma “adaptação somática extra” (SPERBER; HIRSCHFELD, 1999), isto é, uma adaptação para a cultura, o que mudou significativamente as relações humanas com seu ambiente. A cultura permite que os humanos transcendam as suas limitações físicas e cognitivas através do desenvolvimento e do uso de habilidades adquiridas.

Por causa de sua dimensão social, os humanos articulam também um caráter filogênico, ontogênico e sociogênico na cognição (TOMASELLO, 1999). Por causa disso, ao projetar-se nos outros, o indivíduo constrói a sua própria identidade e torna-se um agente intencional e mental. Assim, as habilidades cognitivas são também modelos culturais, de onde se desenvolvem os sistemas de dimensões coletivas a partir da capacidade de compartilhar intenções através da linguagem.

#### **4 O significado construído nas relações com a linguagem**

É pelo propósito de comunicar que a linguagem mostra os caminhos pelos quais constrói significados para o mundo. Segundo Marcuschi (2005), as coisas não estão no mundo

do modo como dizemos aos outros: a maneira como se diz algo a alguém é decorrência de uma ação intersubjetiva *sobre* o mundo, além de inserção sociocognitiva no mundo em que se vive. Tal processo só se torna possível por causa da inserção dos indivíduos em um contexto social e cultural. Tomasello (1999) afirma que os seres humanos desenvolveram uma cognição social através da sua projeção e do autorreconhecimento nos outros, em correspondência homológica e por serem agentes intencionais e mentais. Esse processo de projeção e identificação promove a aprendizagem através do outro. De acordo com Miranda (2001), as representações cognitivas são marcadas pela intersubjetividade e pela perspectivização. A autora refere que a primeira é entendida como “a propriedade dos símbolos linguísticos de serem socialmente partilhados de modo a guiarem as inferências sobre as intenções comunicativas do interlocutor” (MIRANDA, 2001, p. 60). O segundo aspecto é apontado como a característica inerente de perspectivizar o mesmo fenômeno sob diferentes ângulos, observando quais os objetivos comunicativos e a sua intenção em um dado contexto.

A questão da construção cognitiva de conhecimento é discutida por Davidson (2009 [1991]), para o qual o conhecimento não é formulado apenas por esses dois aspectos. Em seu artigo intitulado *Três variedades de conhecimento*, mostra que há três tipos irreduzíveis de conhecimento empírico, os quais são mutuamente dependentes: o primeiro é a aquele em que o indivíduo sabe o que pensa, o que sente, o que pretende e quais são as suas sensações, ou seja, ele reconhece a sua própria forma de significar o mundo e os possíveis conceitos que carrega; o segundo está relacionado ao saber o que acontece nas mentes de outras pessoas – ele infere, a partir de pistas linguísticas, o sentido que o outro quer dar a determinada expressão em dado momento; e o último é o conhecer parte do mundo circundante, suas dimensões e as propriedades dos objetos que nele estão contidos. Esses são aspectos da mesma realidade, mas diferem no modo de acesso, e se um deles não se fizer presente, os outros não existem.

Dessa forma, as crenças não são individuais, ou de uma subjetividade privada, mas produto de uma comunidade de mentes. Para Davidson (2009 [1991]), não há uma linguagem e um conhecimento privados, ou seja, não há uma correspondência entre o objetivo e o subjetivo; para o autor, o conceito de verdade objetiva depende da comunicação interpessoal: o pensamento, então, depende da comunicação. Essa ideia vai de encontro à filosofia de Wittgenstein, mencionada no início deste texto, para o qual não há uma linguagem privada; apenas o compartilhar de linguagens permite uma verificação objetiva sobre o que é correto e

o que não é. O conhecimento dos conteúdos de uma outra mente é possível apenas no contexto de uma visão de mundo amplamente correta e compartilhada. Mas tal conhecimento difere daquele que o indivíduo tem sobre a sua própria mente, uma vez que o conhecimento de outras mentes difere daquele do mundo físico compartilhado. Essa diferença é a base do conceito de objetividade: para Davidson, todo pensamento tem, inevitavelmente, essa propriedade. A objetividade é traçada nas interseções dos pontos de vista: para cada pessoa, a relação entre as suas próprias reações ao mundo e as reações dos outros.

A partir dessa noção, pode-se dizer que o objetivo e o intersubjetivo são essenciais a qualquer coisa que se possa chamar de *subjetividade*, e constituem o contexto em que essa toma forma. Para Martins (2005, p.312), a linguagem tem o papel de representar realidades internas, determinadas pelas experiências diretas e íntimas de um indivíduo. Na verdade, é através dessa característica que os indivíduos são capazes de se colocarem no mundo; “o modo como somos repercute sobre o modo como produzimos o conhecimento e os sentidos” (MARCUSCHI, 2007, p. 84).

A claridade e a efetividade de nossos conceitos se desenvolvem com o crescimento do entendimento dos outros. Seguindo essa ideia, Marcuschi (2005) afirma que “as pessoas concordam intersubjetivamente porque classificam e organizam o mundo de forma parecida quando vivem numa mesma cultura” (p.58). Há, então, um reconhecimento, por parte dos indivíduos, de que convivem numa sociedade também de mentes, na qual as trocas comunicativas levam ao acesso da intersubjetividade para chegar à objetividade. É nela que estão contidas as crenças, as quais são verdadeiras se tiverem coerência com a estrutura geral das demais crenças.

De acordo com Ayer, citado por Davidson (2009 [1991]), “é apenas com o uso da linguagem que verdadeiro ou falso, certeza e incerteza, surgem completamente no cenário”. Assim, o conhecimento de outras mentes e o conhecimento do mundo são dependentes. Para o autor, o conhecimento do conteúdo proposicional de nossas próprias mentes não é possível sem as outras formas de conhecimento, já que não há pensamento proposicional sem comunicação.

Langacker (1997) compartilha desses argumentos e acrescenta que a mente humana é situada e corporizada<sup>2</sup>, visto que essa é identificada com aspectos do funcionamento do corpo humano, o que fundamenta uma variedade comum de experiência potencial. Nesse sentido,

---

<sup>2</sup> Diversos teóricos traduzem o termo *embodied* como “corporizado”, “corporalizado”, “corporificado”, “encarnado” e até mesmo “encorpado”; adota-se, aqui, o primeiro.

diz o autor, “já que concepções abstratas e mundos imaginados estão fundamentalmente enraizados em uma experiência corporizada no mundo real, os produtos de todas as mentes e até mesmo das mais diversas culturas são, de certo modo, comensuráveis e mutuamente acessíveis” (p.233). Em outras palavras, a mente não pode se desconectar do corpo, ao mesmo tempo em que se situa em contextos físicos, sociais e históricos, com ligação muito estreita com as experiências e a cultura em que se insere. A língua é, pois, um sistema corporizado, mas não de natureza ontológica, posto que não carrega em si o mundo, mas epistemológica, que leva ao sentido. Dessa forma, diz Marcuschi (2005, p.73), “há muito pouco na experiência humana que não tenha sido parcialmente fruto do experienciador”.

Não se pode estudar a mente de forma autônoma; pelo fato de ser corporizada, a mente é influenciada pela interação do indivíduo com o mundo (LANGACKER, 1997). Assim, a linguagem se realiza na sua referência à interação social e contextual, no uso real da língua. Para o mesmo autor, os falantes apreendem as suas interações e os contextos nos quais elas ocorrem. A mente está sempre envolvida em observar, interpretar e afetar dado contexto, dessa forma trazendo-o para o escopo da cognição. É fato, então, que se as mentes são modeladas nas interações, as quais dependem das mentes daqueles que apreendem e nelas se engajam. Sobre esse fato, Silva (2004) afirma que:

As mentes individuais não são entidades autônomas, mas corporizadas-encarnadas e altamente interativas com o seu meio; e é através desta interação e acomodação mútua que a cognição e a linguagem surgem, se desenvolvem e se estruturam. Não existe, pois, propriamente linguagem humana independentemente do contexto sócio-cultural. Mas não é menos verdade que a linguagem reside primariamente nas mentes individuais, sem as quais a interação linguística não poderia ocorrer. (SILVA, 2004, p.05)

Portanto, a representação conceitual de algo não está fixa na mente individual; ela se constrói no convívio com os outros. Tal interação pode levar à associação com outros conceitos que foram derivados de trocas comunicativas anteriores, gerando assim uma entrada mais complexa daquela que já faz parte da memória enciclopédica do indivíduo. A língua, como prática social, é sustentada pelas suas formulações no plano comunicativo e, como capacidade cognitiva, é culturalmente situada e definida. Assim, assume uma visão contextualizada – ou enciclopédica – do significado.

É por isso que se pode dizer que o mundo não está pronto, e nem as coisas nele percebidas estão pré-nomeadas. A palavra ‘dinossauro’, por exemplo, é tomada como uma referência a um animal que não existe mais. Mesmo sem nunca ter sido visto, o conceito que

remete a esse ser assume um sentido muito particular, de acordo com o momento da interação. No entanto, o conceito-base é construído fundamentado nas experiências do indivíduo.

Os humanos possuem ideias sobre plantas e animais porque os experienciam de alguma maneira. No entanto, mesmo não conhecendo um dinossauro, conseguem formular um conceito geral sobre esse animal por terem noções ricas e complexas sobre ele, da mesma forma que fazem associações com um animal comum; as ideias sobre animais e objetos que não existem mais, ou até mesmo sobre coisas que são criadas pelo imaginário popular, estão enraizadas nas disposições cognitivas. Esse fato pode ser explicado porque tal conceito foi transmitido de geração em geração, através da interação entre indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade de mentes. No entanto, essa referência não está pronta: alguém só pode construir um significado para essa palavra pela associação com outras, e não só pela identificação com algo – afinal, os objetos não são percebidos cognitivamente, mas a eles são dados significados.

Assim, reitera-se a importância do ato comunicativo na construção de um conceito, a partir do qual uma cadeia de significados poderá ser formada. Retomando-se o que afirma Davidson (2009 [1991]), tal concepção ocorre porque, nas trocas, aquilo que já está presente na mente individual vem à tona no contato com o outro, caracterizando-se, assim, uma relação entre a exposição das próprias ideias, dos modelos conceituais e culturais que abriga, do conhecer a mente do outro por meio daquilo que ele mostra através de seu proferimento, e da “bagagem” conceitual do mundo que os cerca. É a partir desse contexto sociocognitivo que as inferências a respeito da palavra ‘dinossauro’, por exemplo, vão ter significado. Destaca-se, por isso, o papel crucial da elaboração de inferências para a formação de conceitos.

## **5 O processo inferencial na produção do significado**

O ato inferencial é tomado como um processo de construção de sentido através de um conjunto de relações decorrentes da interligação do conteúdo de memórias enciclopédicas pertinentes para o momento comunicacional e do contexto que circunda tal interação. A significação só se torna possível devido à atividade inferencial, que é desencadeada pelas interações do indivíduo com o mundo, através de um sistema de encaixes de raciocínios de natureza linguística, social, cultural, e cognitiva.

A interpretação daquilo que está além da superfície das palavras remonta ao trabalho de Grice (1975) sobre a comunicação como processo inferencial. Para o autor, os seres humanos são equipados com regras inatas que lhes permitem construir a compreensão do significado da mensagem do interlocutor em dado momento. Nesse sentido, o reconhecimento inferencial das intenções do falante, papel do ouvinte, é o que desencadeia a verdadeira comunicação, visto que essa só ocorre por causa dessa interpretação. Nessa perspectiva, distingue-se o que é dito e o que é implicado, abrindo-se espaço para a construção de inferências acerca dos implícitos lançados pelo falante.

Baseados nesse pressuposto, Sperber & Wilson (1995) acreditam que o significado em comunicação é resultado de um cálculo inferencial, no qual as suposições tornam-se manifestas no curso da interação. Desse modo, para a Teoria da Relevância, desses autores, o conjunto de suposições é aceito e inserido num contexto que se torna compartilhado por falante e ouvinte no momento da interação porque é a partir da troca que o sentido se constrói.

Para Sperber & Wilson (1995), a comunicação ocorre porque a cognição humana tem uma propriedade básica: os indivíduos prestam atenção apenas àquilo que é, para eles, relevante. Os autores sugerem que comunicar é chamar a atenção de alguém e, por isso, é também implicar que a informação transmitida é relevante. Wilson e Sperber (2004) declaram que a comunicação é um processo cognitivo em que um falante provém evidência da sua intenção para transmitir determinado significado, que é inferido pelo seu ouvinte com base na evidência lançada. O propósito explícito de chamar a atenção de alguém para a intenção de comunicar algo é referido por Sperber & Wilson como *comunicação ostensiva*. Yus Ramos (1998) afirma que estímulos ostensivos são caracterizados pelas habilidades de capturar a atenção da audiência. Esses podem ser definidos como *inputs* externos originados da percepção do mundo. O estímulo lançado pelo falante deve, em primeiro lugar, atrair a atenção do ouvinte, em segundo lugar, direcionar essa atenção para as intenções do falante e, por último, revelar essas intenções. Só percebendo esses propósitos é que alguém pode ter acesso à informação que está sendo comunicada e, dessa forma, formular um contexto para interpretação da mensagem pretendida através da elaboração de inferências.

O contexto é, para essa teoria, uma organização em que as informações estocadas no ambiente cognitivo de cada indivíduo interagem com o *input* produzido pelo interlocutor. É através dele que informações da memória enciclopédica vêm à tona na concepção do sentido, mas o ato de comunicação apenas torna manifestas as suposições que o falante pretendeu, as quais estão evidentes suficientemente no ambiente; isso não faz a audiência, necessariamente,

trazer à mente todas as suposições comunicadas. É por esse motivo que, mesmo vivenciando as mesmas situações e construindo representações mentais sobre o mundo em que vivem, duas pessoas podem não formular as mesmas representações por causa da maneira como percebem os ambientes físicos. Nesse sentido, um fato é manifesto para um indivíduo num tempo dado se e somente se ele é capaz de representá-lo mentalmente e aceitar essa representação como verdadeira ou provavelmente verdadeira. Portanto, para ser manifesto, um fato deve ser percebido e inferido por um indivíduo (SPERBER & WILSON, 1995), o que pode não ocorrer da mesma forma para outro.

A noção de construção de um contexto conversacional, sob a ótica da Relevância, é um fator que elucida a formulação de suposições que se tornam disponíveis durante o processo interpretativo. Para Sperber & Wilson (1995), o contexto vai se formando enquanto novas informações se unem às velhas durante o ato comunicativo. Em outras palavras, uma informação nova é processada naquilo que já se conhece, construindo-se um novo contexto. A partir desse ponto, ressalta-se que esse toma a forma de um cálculo dedutivo, no qual premissas (informações estocadas na memória enciclopédica mais *inputs* externos) são utilizadas para se elaborar prováveis hipóteses interpretativas.

O conjunto de premissas que constituirá o significado, formado através de um contexto comunicacional, é responsável pela elaboração de inferências interpretativas. Essas são construções da cognição em meio às relações sociais, as quais estão inseridas em determinada cultura, com o objetivo de dar significado às coisas do mundo. Assim, o processamento das informações recebidas no ato comunicativo, em conjunção com a memória enciclopédica, leva à formação do contexto que, por sua vez, constrói possíveis sentidos.

O processo inferencial é elaborado, essencialmente, no ato de delinear uma conclusão a partir de premissas, ou suposições, ou, ainda, de maneira mais fraca, uma conclusão já formada anteriormente. Um argumento – conclusão – pode ser um número de afirmações das quais de uma proposição é designada a conclusão, e do resto, premissas. Além disso, é importante ressaltar que uma crença é essencial para a inferência, a qual ocorre somente se uma pessoa, que acredita num conjunto de premissas, passa a acreditar também em uma conclusão, ou continua a acreditar em uma conclusão com tanta força quanto antes.

Além da constatação de que a significação não existe *a priori*, mas só é possível no momento da comunicação – devido à crença de que o contexto comunicacional é definidor do sentido –, pensa-se que o pensamento inferencial é um processo triádico: envolve, ao mesmo tempo, os raciocínios *dedutivo*, *indutivo* e *abduutivo*. No primeiro caso, de premissas geradas

na troca comunicativa decorre uma conclusão interpretativa; no segundo, há a sustentação por expectativas probabilísticas, muitas vezes por meio de generalizações; e, no terceiro, formam-se hipóteses explanatórias para determinado fenômeno (na verdade, a abdução parece ser a inferência desencadeadora das demais, já que é a partir dela que são geradas hipóteses para a melhor interpretação possível). Importante ressaltar que os formatos de tais processos inferenciais advêm da lógica. No entanto, por se tratar de um raciocínio de natureza humana, nada é formal; nesses casos, as premissas podem ser as mais variadas possíveis, mas em consonância com as informações que surgem no contexto conversacional.

Sperber & Wilson (1995) acreditam que o raciocínio interpretativo é do tipo dedutivo, no qual de premissas recuperadas da memória enciclopédica e daquelas advindas de informações do *input* se forma o cálculo dedutivo, do qual se extraem possíveis hipóteses interpretativas, ou conclusões. Como já mencionado, trata-se de um mecanismo apenas similar às regras da lógica padrão, capaz de gerar infinitas conclusões a partir de um determinado conjunto de premissas construídas no decorrer do processo.

Contudo, no que concerne à construção de significados, trabalha-se também com a hipótese de que o raciocínio indutivo, ou raciocínio cotidiano, seja predominante na escolha de um olhar sobre dado foco da conversação. Isso porque se trata de um processo de pensamento que contribui com uma conclusão, a qual incrementa a informação semântica contida em suas observações ou premissas iniciais (JOHNSON-LAIRD, 1993), justamente por generalizar a informação semântica através de associações. Desses raciocínios, acredita-se ser a abdução o elemento desencadeador de toda a atividade de formulação do significado, visto que é a partir do desenvolvimento de uma provável explicação que se formulam novos conceitos.

Assim, a compreensão de uma expressão em dado contexto conversacional depende da ação desses três tipos de inferência: a suposição abdutiva parece surgir como um elemento-chave, aquele que vai guiar as melhores hipóteses para trazer à tona o significado para dado pensamento; a indução permite ao indivíduo fazer associações com o estoque mental de conceitos que ele traz para o diálogo; e, concomitantemente, essa construção será guiada pela dedução, que organizará as premissas para, enfim, levar a uma possível conclusão, ou hipótese interpretativa.

Para exemplificar esse processo, usar-se-á o exemplo do conceito de ‘dinossauro’, conforme citação anterior. Desde pequeno, o indivíduo é ensinado que esse animal viveu há milhões de anos atrás, muito antes de o homem existir (é bem verdade que algumas histórias

infantis o trazem em plena interação com os seres humanos, mas esse é um fato à parte), reconhecendo esse ser através de figuras que lhes são mostradas em livros, em desenhos animados, etc.. A partir da experiência que tem a respeito de diferentes categorias de animais, a criança é levada a construir um conhecimento sobre dinossauros em geral, categorizando-os, primeiramente como um tipo de réptil, depois como pertencente à classe de vertebrados, no entanto diferenciando-os dos demais répteis vertebrados por causa de seu tamanho e forma (a saber, pelo deslocamento dos membros para baixo do corpo e também pelo seu tamanho). Mas, ainda assim, a criança é capaz de construir um conhecimento sobre esse animal e estará apta a classificar como dinossauros, pela linguagem, a todos os animais que tiverem uma forma mais ou menos semelhante àquelas já existentes em sua mente.

A partir desse conhecimento, o indivíduo será capaz de associar o conceito de dinossauro e classificá-lo de maneiras diversas, de acordo com o momento interacional, visto que essa habilidade compreende os diversos conhecimentos trazidos em sua memória enciclopédica, como: [+ animal, + ser vivo, + réptil, + vertebrado, + extinto, + animal pré-histórico, - mamífero, - vivo (...)]. Por causa disso, os indivíduos são capazes de recriar conceitos a partir daquilo que eles já conhecem, por causa da observação do uso de uma palavra em um contexto não usual, como no exemplo:

(1) *Aquele sujeito é um dinossauro: ele não se atualiza!*

Se nunca ouviu tal construção, esse enunciado o levará a criar uma nova categoria para esse conceito: [+ antigo]. E também perceberá que o uso dessa metáfora é pejorativo por causa do contexto em que se insere, como representado no cálculo inferencial abaixo:

P<sub>1</sub> – Dinossauros são seres que existiram antigamente.

P<sub>2</sub> – Chamar uma pessoa ou algo de ‘dinossauro’ significa que ela está ultrapassada.

P<sub>3</sub> – Alguém utiliza o termo ‘dinossauro’ para designar uma pessoa.

P<sub>4</sub> – A pessoa mencionada não se atualiza.

P<sub>5</sub> – Atualizar-se significa “modernizar-se”

P<sub>6</sub> – A pessoa não se moderniza, e por isso parece estar ultrapassada.

C – Logo, essa pessoa é um dinossauro.

Ainda assim, esse conceito não se congela na mente; ele vem à tona e é recriado no momento de sua produção. Em uma outra troca comunicativa, o mesmo sujeito poderia ouvir o seguinte enunciado:

(2) *Eu não vou a shows de dinossauros do rock porque não gosto de cultivar clássicos.*

Nesse caso, mais uma vez o indivíduo vai utilizar, como premissas, suposições existentes em sua memória enciclopédica para reformular um novo conceito para essa palavra, à qual está ligada uma locução adjetiva, o que auxilia na sua compreensão. Assim, pelas premissas abaixo, percebe-se uma provável construção de um outro significado, inserido na expressão “dinossauros do rock”:

P<sub>1</sub> – Dinossauros são seres que existiram antigamente.

P<sub>2</sub> – Chamar algo de “dinossauro” significa que esse surgiu há muito tempo.

P<sub>3</sub> – A locução adjetiva “do rock” denota que se está falando de cantores ou bandas que surgiram e fizeram sucesso há algum tempo.

P<sub>4</sub> – A expressão “dinossauros do rock” remonta a algo que fez sucesso há algum tempo.

P<sub>6</sub> – Se algo ou alguém é um dinossauro do rock, esse pode ter feito sucesso há algum tempo.

P<sub>7</sub> – Se esse algo ou alguém fez sucesso e ainda o faz hoje, pode ser considerado um clássico.

C – Um dinossauro do rock é um clássico.

De maneira bastante simples, pode-se resumir esse processo da seguinte forma: as premissas iniciais, em ambos os exemplos, fazem parte daquilo que o indivíduo já construiu previamente, o que é inserido no cálculo mental conforme a necessidade. Além disso, é através da inserção de hipóteses explicativas (por abdução) e pelas associações feitas durante o processo (por indução) que a interpretação é gerada, de forma dedutiva.

Pode-se perceber que a formação de inferências nas trocas comunicativas leva à construção do mundo e dos significados dos objetos que nele estão inseridos. É esse mundo que o indivíduo vai reformular a cada interação, e no qual ele vai se posicionar e se reconhecer. As suas habilidades interpretativas e a sua capacidade cognitiva de observar, bem como as suas construções anteriores, o remeterão ao seu próprio conhecimento, ao mundo concebido por ele e, numa ponta do tripé proposto por Davidson, às noções intersubjetivas, ou seja, às ideias compartilhadas pelos outros. Fica corroborada, portanto, a hipótese de que é no entorno sociocultural que novos significados irrompem e se multiplicam, devido à habilidade dos indivíduos de recriarem os seus próprios significados.

## 6 Considerações finais

O significado não existe *a priori*: ele é fruto mutável das atividades cognitivas e de suas relações com o mundo. O mundo não é algo pronto, algo a ser nomeado pelos indivíduos. Seus significados surgem a partir de um princípio de partilhamento, em que a sua carga semântica é comunicada intersubjetivamente, até que o consenso – e até mesmo a convenção – o torne significativo para uma determinada comunidade de mentes.

Acredita-se na noção de que o mundo só exista no momento em que ele é percebido. Isso porque é a partir da própria consciência de que algo existe – “extramentalmente” – que surge a necessidade de referir-se a ela. E essa referência vai muito além da analogia entre palavra-coisa; por causa dos jogos de linguagem (tomando emprestada a expressão de Wittgenstein), configuram-se os significados pragmáticos relevantes para que esse algo seja provido de sentido.

É por causa dessa constatação que o conhecimento de si próprio, o saber sobre o mundo e a noção daquilo que está na mente do outro, num tripé irreduzível, tornam-se tão essenciais para a formulação de significados. Não há como construir uma crença sozinho, posto que não se pode relacionar, diretamente, o subjetivo ao objetivo. Ao compartilhar pontos de vista, entrelaçam-se também ideias, crenças e conceitos, numa construção inferencial e, portanto, interpretativa. A cada novo contexto construído, novos significados são dados ao mundo, e esses só são possíveis pela conjunção com outras mentes. Assim, o caráter intersubjetivo da cognição remete às experiências vivenciadas pelo sujeito e o torna apto a revivenciá-las a cada nova interação, transmitindo e sorvendo impressões e transformando-as em sentidos para o seu mundo em constante renovação. E a atividade inferencial por trás das trocas comunicativas cotidianas é o que possibilita essa reinvenção de novos significados e conceitos.

## Referências

ARAÚJO, I. L.. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. Linguagem, V. 9. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

DAVIDSON, Donald. Três variedades de conhecimento. In: *Portal Brasileiro de Filosofia*. [1991]. Disponível em: [http://portal.filosofia.pro.br/fotos/File/davidson\\_tresvariedades.pdf](http://portal.filosofia.pro.br/fotos/File/davidson_tresvariedades.pdf). Acesso em: 19/02/2009.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, Peter and MORGAN, Jerry. *Syntax and semantics*. V.3, Academic Press, 1975, p. 41-58.

JOHNSON-LAIRD, Philip N.. *Human and machine thinking*. Hillsdale (NJ): Lawrence Erlbaum, 1993.

LANGACKER, Ronald W. Culture, cognition, and grammar. In: PÜTZ, Martin (ed.). *Language Contact and Language Conflict*. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

LANGACKER, Ronald W. The contextual basis of cognitive semantics. In: NUYTS, J.; PEDERSON, E. (eds.). *Language and conceptualization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (orgs.). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARTINS, Helena Martins. Palavras de sensação. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (orgs.). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

MIRANDA, Neusa Salim. O caráter compartilhado da construção da significação. In: *Revista Veredas (Revista de Estudos Linguísticos)*. V.5, n.1. Ed. UFJF. jan/jun-2001.

SILVA, Augusto Soares da. Linguagem, Cultura e Cognição, ou a Linguística Cognitiva. In: SILVA, Augusto Soares da.; TORRES, Amadeu; GONÇALVES, Miguel (orgs.). *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*. Coimbra: Almedina, vol. I, 2004.

SILVA, Giovane Rodrigues. Ludwig Wittgenstein. Privacidade: o interior e o exterior. In: *Mente, Cérebro & Filosofia*. Nº 9. São Paulo: Duetto, 2008.

SPERBER, D.; HIRSCHFELD, L. Culture, cognition, and evolution. In: WILSON, R.; KEIL, F. (eds). *MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences*. Cambridge: MIT University Press, 1999.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. 2<sup>nd</sup> edition. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

TOMASELLO, Michael. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

WILSON, D.; SPERBER, D. Relevance theory. In: *Handbook of Pragmatics*. Eds. G. Ward and L. Horn. Oxford: Blackwell, 2004, p. 607-632.

WITTGENSTEIN, L.. *Investigações filosóficas*. Vol. Wittgenstein. 3. ed. São Paulo: Abril, 1984 [1953].

YUS RAMOS, Francisco. A decade of Relevance Theory. *Journal of Pragmatics* 30. 1998, p. 305-345.